

A PRÁTICA DOCENTE EM RELAÇÃO À INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

The teaching practice in relation to the inclusion of students with disabilities

Paulete Zilli Silveira de Salles - UFSCar/So*
Claudineia Martins da Silva Leite - UFSCar/So**

Resumo: A inclusão escolar das pessoas com deficiência é estabelecida pela Lei Brasileira de Inclusão, de nº 13.146 de 2015. Pretende-se neste artigo refletir sobre a importância do papel do professor e sobre a necessidade de que os cursos de formação de professores ofereçam disciplinas específicas sobre a educação especial. Após a realização de pesquisa bibliográfica e de campo por meio de entrevista com uma professora do ensino fundamental de uma rede privada, verificou-se a necessidade de que os futuros docentes sejam capacitados para trabalhar com os alunos com deficiência. Por mais que um professor se esforce para realizar seu trabalho com excelência, o devido preparo nos cursos de formação, além de contribuir para a construção de uma identidade que aceita as diferenças, ainda oferecerá estratégias para que a inclusão seja realizada de forma eficaz.

Palavras-chave: Inclusão. Alunos com deficiência. Prática docente. Cursos de formação de professores.

Abstract: The inclusion of people with disabilities is established by the Brazilian law of Inclusion, No. 13,146 of 2015. This article reflects about the importance of the teacher's role and on the need for teacher training courses to offer specific disciplines on special education. After conducting a bibliographic and field research through an interview with a teacher of elementary school in a private network, it was verified the need for future teachers to be trained to work with students with disabilities. As much as a teacher strives to accomplish his work with excellence, due preparation in the training courses, besides contributing to the construction of an identity that accepts the differences, will still offer strategies for the inclusion to be performed from effectively.

Keywords: Inclusion. Students with disabilities. Teaching practice. Teacher training courses.

INTRODUÇÃO

A Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/2015, resultante de muitas lutas e pequenas conquistas anteriores, em seu artigo 1º, estabelece que:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

A palavra "inclusão", conforme Luft (2008, p. 382), é a "ação ou efeito de incluir(-se)" e a palavra "incluir", conforme o referido dicionário é "v.t. 1. Abranger; compreender. 2. Inserir; introduzir. P.3. Inserir-se; fazer parte." A inclusão, portanto, é o ato de se inserir em determinado grupo todos os indivíduos, sem discriminá-los seja por qual razão for. Isso implica, como estabelecido na lei acima, em que as pessoas

*Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – *Campus* Sorocaba. E-mail: paulete.salles@gmail.com.

**Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – *Campus* Sorocaba. E-mail: claudisilva66@gmail.com.

com deficiência devem estar inseridas em todos os grupos sociais, inclusive no ambiente escolar, conforme o artigo 27 da referida lei:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

E ainda, em parágrafo único no artigo 27, fica instituído:

É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

É fato, portanto, estabelecido por lei, que as pessoas com deficiência devem ter acesso à educação em igualdade de direitos como todas as outras pessoas o tem. Esse direito deve ser assegurado pelo Estado, pela família, pela comunidade escolar e pela sociedade. A inclusão, porém, ainda é um tema que gera bastante debate e que abarca várias questões que vão desde a percepção que se tem da própria inclusão, e chega à formação de professores, enfatizando a importância de estarem bem preparados para enfrentarem os desafios que ocorrem nas instituições de ensino, pois o despreparo profissional pode se tornar uma barreira para que a inclusão seja efetuada.

O professor é considerado um ator de suma importância no contexto escolar e no processo de ensino aprendizagem, pois está em contato direto com a criança, constituindo-se do meio de transmissão de conhecimento, além de ser o facilitador no processo ensino-aprendizagem. Considera-se que a formação desse profissional pode influenciar, de diversas maneiras, sua atuação no âmbito de sala de aula (TAVARES; SANTOS; FREITAS, 2016, p. 528).

Apesar de o processo de inclusão envolver toda a comunidade escolar, o papel do docente é essencial para a aprendizagem dos alunos, pois eles agem como mediadores entre os alunos e o conhecimento. A sua formação tem influência direta nesse processo, impactando, por sua vez, de forma positiva ou negativa, a qualidade deste ensino. Baseado nas considerações acima a respeito da importância do papel do professor no processo de inclusão e também baseado em entrevista realizada com uma professora, o presente artigo pretende levar à reflexão acerca da prática docente em relação à inclusão de alunos com deficiência.

O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR

A educação inclusiva tornou-se um dos temas centrais na atualidade para que sejam combatidas atitudes discriminatórias que reforçam a exclusão na escola e, como afirma Matias e Freitas (2014, p. 87):

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas no sistema de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume um espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica de exclusão.

Apesar da inclusão não ser considerada como responsabilidade somente do docente, pois ela envolve atitudes políticas, sociais e institucionais, entende-se que o docente é um agente de extrema importância nesse processo. Conforme pontua Barbosa e Souza (2010, p. 353), “o sucesso ou não da inclusão depende, em grande medida, das atitudes e crenças do professor.”

Isso significa que as atitudes que o professor apresenta ao tratar os alunos com deficiência estão diretamente relacionadas às suas crenças, ou seja, o conceito subjetivo que o professor tem a respeito das pessoas com deficiência, influenciará a sua maneira objetiva de agir em relação a elas. Se as crenças do professor são baseadas em estigmas negativos construídos histórico-socialmente, isso poderá influenciar suas atitudes em relação a esses alunos, criando obstáculos ao seu desenvolvimento. A professora entrevistada para a realização do presente artigo leciona em dois

períodos (manhã e tarde) no quarto ano do Ensino Fundamental de uma escola privada. Ela tem quatro alunos com deficiência incluídos em suas salas, a saber, conforme resposta na entrevista:

Eu tenho 4 alunos com necessidades especiais: eu tenho um autista, eu tenho um com síndrome de Asperger e eu tenho também um com hiperatividade e um com déficit de atenção já fechando o quadro pra dislexia. (MARIA)¹

Em resposta à pergunta “O que você entende como inclusão?”, a professora afirmou:

Inclusão seria a criança com uma necessidade especial, ela estar dentro de uma sala de aula, usufruindo do mesmo aprendizado, tendo a apresentação do professor com o mesmo conteúdo, contudo de uma forma adaptada à necessidade dela. Isso pra mim seria inclusão. Mas o que às vezes a gente se depara não é bem isso. A inclusão muitas vezes é entendida como algo assim: “eu vou fazer diferente”. Se é diferente, não é inclusão. Se eu... o diferente que eu estou dizendo é assim: vou trabalhar com um jogo de damas com meus alunos, um exemplo, então eu tenho que preparar dependendo da necessidade dele a mesma atividade, só que na capacidade que ele tem de fazer, não algo diferente para ele fazer em um lugar diferente ou que seja na sala de aula mas num canto separado. Isso não é inclusão! (MARIA)

Relacionando a resposta da professora com os textos estudados, vê-se que a inclusão proporciona tanto a socialização da pessoa com deficiência quanto a socialização dos outros sujeitos que com elas convivam: professores, colegas, gestores, enfim, todos os envolvidos no ambiente escolar. E essa socialização não compreende somente a presença dos alunos com deficiência na escola, mas, sim, o seu envolvimento no processo ensino-aprendizagem e a apropriação de todos os bens culturais que a escola oferece aos seus alunos. Góes (2007, p. 2) diz que “a ‘relação social’ somente pode ser assim nomeada se o sujeito *estiver nela*, e não apartado dela.” Ou seja, somente através de uma interação concreta do sujeito com o meio em que se encontra, somente quando ele participa ativamente das atividades que ocorrem em seu meio, é que ele se apropria dos conteúdos ali oferecidos, internalizando-os.

Também, conforme Góes (2007, p. 3), “[...] a internalização envolve transformação e conversão, que ocorrem segundo o modo pelo qual o sujeito, a cada momento de sua história, significa os eventos que vivencia”. Portanto, a educação deve proporcionar a todos os alunos, sem distinção, um envolvimento com as tramas do mundo, um vivência prática. À pergunta “Como você trabalha com seus alunos com deficiência?”, a professora respondeu:

Então, como eu te disse, eu não me acho assim a pessoa mais capaz, mas como educadora eu tenho que acreditar que eu posso fazer a diferença. Eu não posso me deixar levar pelo pensamento que “ai eu não vou alcançar, o sistema não é perfeito, o sistema não me permite tal coisa”. Não! Eu tenho que fazer aquilo que está ao meu alcance como educadora. Então, eu preparo as minhas atividades pra todos e pra todas da sala e faço isso que nós já conversamos aqui, eu dou um tempo até maior pra eles, eu não tenho auxiliar, né, então, assim, eu trabalho com a minha sala e com esses alunos no meu tempo normal, e dou a mesma atividade para eles fazerem. O dislexo, por exemplo, ele não lê e ele não entende apenas se ele for tentar interpretar sozinho. Então eu explico pra ele, eu leio pra ele, eu pergunto várias vezes: “você entendeu o que a professora leu?” Ele tem a facilidade de ler os lábios, então é um aluno que se senta na frente e eu me posiciono pra explicar na frente dele. Isso demanda muito tempo. Então, o resultado nem sempre é como eu gostaria. Mas eu tento fazer as adaptações pra inclui-los de verdade dentro daquela mesma atividade. (MARIA)

Na resposta da professora subentendemos que a escola e o sistema escolar como um todo, não oferece as condições necessárias para que ela possa desenvolver seu trabalho com total eficácia. Porém, ela admite fazer o possível, dentro de suas possibilidades para que seus alunos com deficiência estejam incluídos de fato, apropriando-se dos conteúdos que ela oferece à sala. Isso nos remete ao fato de que é necessário que a escola se preocupe em possibilitar aos alunos com deficiência o seu desenvolvimento cognitivo e social, pois segundo Vygotski (*apud* Barbosa e Souza, 2010, p. 357) “[...]”

¹ Para preservar a privacidade da professora entrevistada, foi utilizado nome fictício.



cada um, dependendo de sua condição física, psicológica e social, desenvolve-se de forma singular, própria, mas sempre se desenvolve.” A escola e o professor não devem se limitar aos diagnósticos de seus alunos com deficiência, mas devem buscar alcançar além das expectativas que esses diagnósticos mostram.

Góes (2007, p. 6) diz que “[...] o trabalho educativo precisa ser orientado para o domínio de atividades culturalmente relevantes, para a elevação dos níveis de generalidade do pensamento e para a capacidade de significar o mundo.” É necessário procurar meios de compensação que levem a pessoa com deficiência a se desenvolver. O professor, portanto, tem um papel fundamental no processo ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência, pois pode levar esses alunos ao campo da significação, ajudando-o na construção das funções psíquicas superiores que o conduzem à aprendizagem dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula. Outra pergunta feita à professora entrevistada foi em relação ao relacionamento dos alunos em sala de aula: “Como é o relacionamento dos outros alunos com eles? Eles percebem a deficiência? Aceitam?”

Olha, este ano estando no 4º ano, então eu recebi estes alunos em uma sala que as crianças não compreendiam muito bem o que acontecia. Eles viam esses alunos como privilegiados, porque eles eram tratados diferente. O hiperativo sai da sala, quer sair a todo o momento, então eles viam isso, então não foram orientadas essas crianças qual é a diferença né ali, diferença entre aspas, entre eles, são as crianças típicas, aquelas que fazem as coisas do jeito que tem que ser feito e esses com essas necessidades. Eles não recebem muito bem essas crianças. Mas eu penso isso que é questão de escola e família, é você mostrar pra esses alunos que existem pessoas diferentes, que elas... não é o fato de elas fazerem menos ou fazerem mais que as tornam assim exclusas da nossa sociedade. Então, realmente eles precisam, o professor precisa dizer isso à sua sala, precisa dizer a eles: “olha, esse nosso amigo aqui”. E se ela não quiser, no meu caso eu trabalho assim: eu não falo daquele específico, eu falo de todos da sala eu mostro que cada um ali tem uma, uma diferença, uma particularidade, e por que eu faço assim, pra não expor aqueles quatro alunos que eu tenho, entendeu, então eu começo dizendo assim, eu começo a mostrar pra eles porque, eu sei que eu vou falhar em algum momento, eu sei que vou ter que passar o conteúdo, né, a gente costuma dizer “aplicar o conteúdo”, vai em algum momento ali, aquela criança vai precisar mais de mim. Então, quando eu tenho o apoio dos demais, eu trabalho melhor, porque se um terminou, pode me auxiliar com aquele, entendeu? Se nós não tirarmos um pouco do papel, trabalhar um pouco com o coração, a gente não consegue alcançar essas crianças. (MARIA)

Referente a esse assunto, ou seja, do envolvimento de todos os outros alunos com os alunos com deficiência, Góes (2007, p. 10), afirma:

subentende-se que, idealmente, o professor da classe comum é o principal educador de alunos especiais e que o aluno normal é seu principal parceiro (...) esse seria o lócus privilegiado do processo ensino-aprendizagem e esses seriam os membros do grupo social com os quais deveria conviver regularmente.

A professora entrevistada, portanto, tem sido pró-ativa em relação ao ensino de seus alunos com deficiência. Ela proporciona a eles um ambiente acolhedor, no qual procura adequar o ensino às necessidades deles para que se apropriem dos conteúdos oferecidos e ainda envolve o restante dos alunos nesse processo, tornando-os seus parceiros. É necessário, então, que o professor reflita sobre suas crenças, supere os preconceitos, renove os seus conceitos e busque todas as possibilidades que possam levar os alunos com deficiência a se desenvolver. Isso pode implicar em rompimento com rótulos e estigmas moldados pela sociedade.

A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS DOCENTES

Se a escola deve incluir as pessoas com deficiência, os cursos de formação de professores devem, então, oferecer em sua grade curricular, disciplinas referentes ao ensino destinado à educação especial. O futuro professor precisa se preparar para acolher e trabalhar com os alunos com deficiência. Os cursos de formação devem proporcionar aos futuros professores uma mudança de mentalidade para que enxerguem o potencial que a pessoa com deficiência tem. Isso significa que deve haver a construção de uma nova identidade desse futuro professor.

Segundo Caiado (2006, p. 133), “[...] o professor precisa conhecer as raízes da diversidade humana e, assim, aprender a desenvolver e criar uma práxis pedagógica que impulse o desenvolvimento de todos (...)”. É preciso que o futuro docente se conscientize das diferenças biológicas, culturais, históricas e sociais que há entre as pessoas. Isso inclui as pessoas com deficiência.

As práticas pedagógicas revelam as concepções que o educador tem sobre o homem, sobre a sociedade, sobre a educação. As práticas pedagógicas com o aluno deficiente demonstram, também, as concepções do educador sobre o conceito de deficiência e educação e educação especial, embora nem sempre o educador tenha consciência das concepções que fundamentam seu trabalho (CAIADO, 2006, p. 33).

Quando perguntado à professora entrevistada sobre seu curso de formação, se ela acredita que os futuros docentes saem capacitados teórico, prática e pedagogicamente para lidar com a inclusão dos alunos com deficiência, sua resposta foi a seguinte:

Não, não, não saem. Nós não temos essa, essa formação apenas ao sair da graduação. Muitas vezes são os semestres que têm aula sobre isso é muito sucinto, então não formam o pedagogo a se deparar realmente em ser 100% ou ali 80% eficaz para poder trabalhar com crianças especiais. (MARIA)

Também foi perguntado se ela se considera preparada para lecionar para os alunos com as mais variadas deficiências. E respondeu:

Olha, preparada hoje um pouquinho mais do que quando eu me formei, devido às experiências que eu fui adquirindo no decorrer da carreira, do magistério. Contudo, eu diria assim que não. Eu não tenho uma formação específica para trabalhar com crianças especiais, mas a minha formação me permite trabalhar com essas crianças devido à inclusão. (MARIA)

Essas respostas demonstram a grande necessidade que há de que os cursos de formação de professores capacitem os futuros docentes para o processo de inclusão. Conforme Vitalino (2007, *apud* Tavares e colaboradores, 2016, p. 529), a formação dos novos docentes deve ser planejada com a finalidade de capacitá-los para que exerçam o seu trabalho de forma reflexiva, conscientes de seu compromisso com a ética, ajustando-se às mudanças ocorridas na atual reforma educacional. O acolhimento das diferenças deve, portanto, fazer parte da construção de uma nova identidade docente adquirida nos cursos de formação. É fundamental desconstruir conceitos preconcebidos que formam barreiras para a aceitação dessas diferenças, e construir uma nova identidade com conceitos que conduzam à promoção da inclusão.

Os aspectos de formação, na medida em que influenciam diretamente no processo ensino-aprendizagem, podem prejudicar uma ação eficiente no trabalho com a diversidade e, por isso, é necessário que sejam adotadas medidas que consertem as fragilidades quanto à estruturação dos modelos de formação, pois é de suma importância pensar na formação inicial sendo ela a base para boa preparação do docente. Segundo Barbosa e Souza (2010, p. 354):

[...] é de extrema importância considerar o processo de formação desses professores, pois, segundo alguns estudos, as crenças e representações que os professores possuem sobre o aluno com necessidades especiais estão, muitas vezes, vinculadas ao conhecimento que possuem acerca da temática, adquiridos por ocasião de sua formação.

Centrando-se, então, na questão da formação dos novos docentes, faz-se necessário buscar respostas quanto à eficácia dessa formação, procurando-se saber se não está sendo incipiente para abarcar a inclusão dentro das instituições de ensino e prepará-los para o trabalho com a diversidade, pois é assegurado aos alunos com necessidades especiais o atendimento adequado e especializado para que possam se desenvolver. Em uma pesquisa realizada no interior de São Paulo em nove escolas públicas (TAVARES; SANTOS; FREITAS, 2016), foram entrevistados vários professores e realizadas perguntas sobre a sua formação e rotina como docentes de educação especial. As respostas apontaram a importância de uma boa formação, a continuação dos estudos por meio de especialização, a formação continuada, ficando nítido por parte de vários professores o sentimento de angústia por considerarem que tiveram uma formação insuficiente. Enfatizaram também o distanciamento que há entre a teoria e a prática nos cursos de formação.

Como resultado da análise da entrevista realizada nessas nove escolas, as autoras Tavares; Santos; Freitas (2016, p. 538), propõem que os cursos de formação docente, além de oferecerem disciplinas referentes à educação especial, abordem esse assunto em outras disciplinas para não se tornar um assunto isolado. Também propõem que haja mais estágios em salas nas quais ocorrem a inclusão, a fim de que os futuros docentes adquiram experiências práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação docente é um dos elementos essenciais na ajuda da superação da exclusão que marcaram as pessoas com deficiência historicamente, mas também é necessária uma mudança dentro da própria escola. Pensar na formação inicial, na formação continuada e em melhores condições de trabalho é muito relevante para que haja um melhoramento na questão da qualidade da educação especial:

Desse modo, é necessário pensar na educação inclusiva de forma mais abrangente. [...] é necessário pensar em como o alunado será recebido, como terá suas potencialidades desenvolvidas, quais serão os critérios para avaliá-lo. Para isso, o ambiente escolar tem de estar devidamente preparado e equipado, os professores serem capacitados e mais bem valorizados e toda a comunidade escolar e a sociedade devem estar envolvidas nesse processo [...] (MATIAS; FREITAS; 2014, p.103).

Retornando à entrevista realizada com a professora do presente artigo, à pergunta “Quais as suas maiores dificuldades em lidar com a inclusão e lecionar para alunos com deficiência?”, ela respondeu:

O tempo, material, o espaço. Nós pertencemos a um país onde o currículo vai fechando, parecendo grade, sabe. Então, você não pode muito sair daquilo. Só que essas crianças elas precisam ir muito mais do que isso. Então, uma vez que eu faça um curso de graduação na área de pedagogia e eu recebo uma formação melhor do que o oferecido hoje em algumas instituições, eu posso ir me preparando mais. Então, eu não sei de casos assim, são poucas as pessoas formadas em nosso país nessa área para que realmente se dediquem a essas crianças. Então, assim, a maior dificuldade é esta: é o tempo pra você trabalhar com essa criança, é a questão de você preparar as atividades diferentes pra ele, é o fato de você aplicar o mesmo conteúdo de maneira diferenciada pra ele. O resultado demora muito pra ser visto por conta do tempo. Você, com a inclusão ele está numa sala onde as outras crianças vão, seguem... e você não pode deixar o autista, o dislexo, o hiperativo né pra trás, parado. Eles têm que vir junto, na capacidade dele, mas vir junto. (MARIA)

O que ocorre na atualidade é a garantia de acesso, mas a qualidade caminha a passos lentos o que não possibilita que a inclusão ocorra de forma eficiente. Contudo, houve grandes avanços em relação à educação especial, mas muito ainda precisa ser feito, e dentre as necessidades mais relevantes, como é previsto em lei é esta: a capacitação de professores e uma formação que os prepare para trabalhar com a diversidade presente na sociedade. É necessário que a sociedade reconheça os alunos com deficiência como sujeitos de direitos, que haja mudanças de atitudes do professor em relação ao atendimento deste aluno, mudanças de toda comunidade escolar envolvida, que haja o envolvimento dos pais, e também o provimento de meios que possibilitem uma melhor inclusão: recursos, métodos e uma escola organizada para garantir que aluno que nela tenha acesso tenha a possibilidade de permanecer.

Se o que se quer é uma sociedade mais justa e solidária, como princípio da educação inclusiva, é fundamental pensar que a sociedade precisa assumir nesta direção. A escola junto com seus educadores não conseguirão mudar a realidade sem essa parceria de fundamental importância. (MATIAS; FREITAS; 2014. p.93).

Porém, apesar das dificuldades e obstáculos que ainda se apresentam, a resposta da professora entrevistada à pergunta “Você tem percebido progresso na aprendizagem dos seus alunos com deficiência?” revela que há esperança em relação ao processo de inclusão dos alunos com deficiência:

Sim, eu tenho. É uma alegria muito satisfatória, muito grande, muito grande, porque assim, meu aluno autista eu trabalho, eu coloco música ambiente, às vezes, na minha sala porque ele se agita e quando ele está ouvindo eu percebi que nas aulas de informática, toda a vez que eu utilizo o tablet, ele consegue fazer melhor. Mas eu não

posso dar todas as aulas no tablet, mas eu tenho feito o quê, eu comecei a perceber quando eles me retornam mais, quando eles progridem mais. Então eu estou muito satisfeita sim, até aqui com o resultado deles. Tenho ainda muitos desafios mas eu acredito que, pelo menos nesse 4º ano, eu quero fazer a diferença na vida deles.
(MARIA)

REFERÊNCIAS

BARBOSA, E.T.; SOUZA, V.L.T. A vivência dos professores sobre o processo de inclusão: um estudo da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. *Rev. psicopedag.*, São Paulo, v. 27, n. 84, p. 352-362, 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 31 jul. 2008.

CAIADO, K.R.M. *Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos*. 2ª ed. Campinas: Autores Associados: PUC, 2006.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. Contribuições da abordagem histórico-cultural para a pesquisa em educação especial. In: *Anais III Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Diálogo e Pluralidade*. São Paulo: ABPEE, 2007, v. 1, p. 1-15. Disponível em: <http://ambientedetestes2.tempsite.ws/ciencia-para-educacao/publicacao/goes-m-c-r-contribuicoes-da-abordagem-historico-cultural-para-a-pesquisa-em-educacao-especial-in-iii-seminario-nacional-de-pesquisa-em-educacao-especial-2007-sao-paulo-iii-seminario-nacional/>. Acesso em: 06 ago. 2018.

LUFT, C.P. *Minidicionário Luft*. 21ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2008.

MATIAS, F.S.; SOUZA, S.F. A formação do docente e o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/viewFile/3931/1951>. Acesso em: 24 jul. 2018.

OLIVEIRA, A.F.T.M. A construção de uma identidade docente inclusiva e os desafios ao professor-formador. In: *Anais... 34ª Reunião da Anped*, 2011, Natal. Disponível em: <http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT15/GT15-103%20int.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2018.

TAVARES, L.M.F.L.; SANTOS, L.M.M.; FREITAS, M.N.C. A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente. *Rev. bras. educ. espec.*, Marília, v. 22, n. 4, p. 527-542, Dec. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382016000400527&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 Ago. 2018.

Recebido em: 10.11.2018

Aprovado em 10.12.2018